Demonstrações Financeiras

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

31 de março de 2026
com Relatório do Auditor Independente

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstrações financeiras

31 de março de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e à Administradora da
Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Avaliação de ações de companhia fechada

Conforme apresentado na nota explicativa n°5, o Fundo possui investimentos em companhias de capital fechado no montante de R$ 3.013.025 mil, que representavam 86,67% do total do seu patrimônio líquido, bem como a liquidar de R$ 239.808 mil, correspondente a 7,50% do patrimônio líquido. Consideramos o processo de determinação do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, que é realizado com suporte de empresa especializada terceirizada, contratada pela Administradora do Fundo, como um principal assunto de auditoria dado: (i) a relevância desses ativos em relação ao patrimônio líquido do Fundo; (ii) à determinação das premissas adotadas para a apuração do valor justo das companhias; (iii) à complexidade envolvida na metodologia de mensuração utilizada; e, (iv) ao alto grau de julgamento envolvido.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da metodologia, da acurácia matemática, e dos modelos utilizados pela Administradora do Fundo, para a mensuração do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, incluindo a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas. Avaliamos a exatidão dos dados sobre as companhias de capital fechado utilizados pela Administradora do Fundo na mensuração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, e avaliada a adequação das divulgações efetuadas pelo Fundo sobre o valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado às demonstrações financeiras, conforme nota 5, consideramos que os critérios e premissas de valor justo adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de agosto de 2025, sem modificação.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança é a Administradora do Fundo com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a Administradora do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de Agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Sócio CRC-SP209240/O

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração da posição financeira
31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Quantidade	Em 31 de março de 2026	% sobre o Patrimônio Líquido	Quantidade	Em 31 de março de 2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa			**1**	**-**		1	-
Banco conta movimento	4		**1**	**-**		1	-
Cotas de fundos de investimento			**91.433**	**2,86**		121.008	4,01
Fundo de Investimento Financeiros	4	**32.805.028**	**91.433**	**2,86**	99.006.189	121.008	4,01
Ações sem cotação em bolsa	5		**3.013.025**	**94,17**		3.422.434	113,53
Rec Cajamar II S.A.		**101.325.882**	**327.436**	**10,23**	101.325.882	321.707	10,67
Rec Guarulhos II S.A.		**1.024.497.274**	**1.605.197**	**50,17**	651.497.274	1.166.633	38,70
Rec Bandeirantes 42 Participações S.A.		**211.891.019**	**317.157**	**9,91**	250.001.200	326.243	10,82
Rec Bandeirantes 43 Participações S.A.		**197.514.822**	**296.108**	**9,25**	250.001.200	321.222	10,66
Rec Taboão S.A.		**198.903.023**	**223.001**	**6,97**	352.550.833	224.986	7,46
Rec Bandeirantes 41 Participações S.A.		**150.001.200**	**172.734**	**5,40**	150.001.200	163.706	5,43
Rec Ribeirão Pires S.A.		**110.001.000**	**70.884**	**2,22**	110.001.000	102.532	3,40
APUS Empreendimentos e Participações S.A.		**50.001.000**	**508**	**0,02**	40.001.000	106	0,00
Cetus Participações S.A.		**-**	**-**	**-**	361.302.520	565.194	18,75
Rec Cajamar IV S.A.		**-**	**-**	**-**	135.632.078	230.105	7,63
Outros valores a receber			**335.105**	**10,47**		41.500	1,38
Outros valores a receber - Cetus Participações S.A.	5		**189.018**	**5,91**		-	-
Outros valores a receber - Rec Cajamar IV S.A.	5		**146.087**	**4,57**		-	-
Redução de capital a receber - Rec Cajamar IV S.A.	5		**-**	**-**		41.500	1,38
Total do Ativo			**3.439.564**	**107,50**		3.584.943	118,92

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração da posição financeira--Continuação
31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Quantidade	Em 31 de março de 2026	% sobre o Patrimônio Líquido	Quantidade	Em 31 de março de 2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Passivo							
Valores a pagar			**240.106**	**7,50**		570.276	18,92
Ações a liquidar	5		**239.808**	**7,50**		520.035	17,25
Redução de capital a efetivar	5		**-**	**-**		50.000	1,66
Auditoria e Custódia	10		**40**	**0,00**		42	0,00
Taxa de Administração e gestão	10		**184**	**0,01**		165	0,01
Taxa de Controladoria	10		**13**	**0,00**		14	0,00
Taxa de escrituração	10		**1**	**0,00**		1	0,00
Taxa de Consultoria	10		**41**	**0,00**		-	-
Taxa de fiscalização CVM			**14**	**0,00**		14	0,00
Outras despesas administrativas			**5**	**0,00**		5	0,00
Total do Passivo			**240.106**	**7,50**		570.276	18,92
Patrimônio Líquido			**3.199.458**	**100,00**		3.014.667	100,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			**3.439.564**	**107,50**		3.584.943	118,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Composição do Resultado dos exercícios			
Receitas		**15.248**	6.547
Rendas de aplicação em cotas de fundos de investimento		**15.248**	6.547
Resultado com Ações		**283.717**	(31.722)
Ajuste a valor justo	5	**247.134**	(79.903)
Resultado de atualização monetária - venda a prazo	5	**5.738**	-
Resultado de ações	5	**25.545**	50.500
Resultado na venda de ações	5	**2.592**	(2.319)
Dividendos e juros sobre capital próprio	5	**2.708**	-
Despesas		**(2.975)**	(2.555)
Auditoria e custódia		**(213)**	(218)
Remuneração da administração e gestão	10	**(2.147)**	(2.077)
Serviços contratados pela Classe	10	**(182)**	(191)
Serviços técnicos especializados		**(370)**	(1)
Taxa de fiscalização - CVM		**(57)**	(57)
Outras despesas operacionais		**(6)**	(11)
Resultado dos exercícios pertencentes aos detentores de cotas classificados no PL		**295.990**	(27.730)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Lucro/Prejuízo líquido dos exercícios	**295.990**	(27.730)
(+/-) Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente dos exercícios	**295.990**	(27.730)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Cotas integralizadas e amortizações	Lucro acumulado	Total
Saldos em 31 de março de 2024	1.561.348	1.252.277	2.813.624
Cotas integralizadas	260.000	-	260.000
Amortização de cotas no exercício (Nota 9)	(31.227)	-	(31.227)
Resultado do exercício	-	(27.730)	(27.730)
Saldos em 31 de março de 2025	1.790.121	1.224.547	3.014.667
Amortização de cotas no exercício (Nota 9)	**(111.199)**	**-**	**(111.199)**
Resultado do exercício	**-**	**295.990**	**295.990**
Saldos em 31 de março de 2026	**1.678.922**	**1.520.537**	**3.199.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 23.781.192/0001-16

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado com aplicações em cotas de fundos de investimento	**15.247**	6.547
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	**2.708**	-
Pagamento de taxas de auditoria e custódia	**(215)**	(223)
Pagamento de taxa de administração e gestão	**(2.128)**	(2.050)
Pagamento de serviços contratados pelo Fundo	**(183)**	(193)
Pagamento de serviços técnicos especializados	**(328)**	(1)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	**(57)**	(57)
Pagamento de outras despesas administrativas	**(6)**	(6)
Caixa líquido das atividades operacionais	**15.038**	4.017
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Integralização de capital de companhias investidas	**(801.639)**	(207.451)
Indenização por antecipação de parcela referente a venda da companhia Rec Cajamar IV S.A.	**(621)**	-
Recebimento referente a venda de ações de companhias investidas	**3.213**	-
Redução de capital de companhias investidas	**180.000**	68.480
Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa	**685.633**	-
Caixa Líquido das atividades de investimentos	**66.586**	(138.971)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Emissão de cotas	**-**	260.000
Amortização de cotas	**(111.199)**	(31.227)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(111.199)**	228.773
Variação líquida dos fluxos de caixa	**(29.575)**	93.819
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	**121.009**	27.190
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	**91.434**	121.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 23.781.192/0001-16
(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. -
CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

O GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo"), foi constituído em 29 de outubro de 2015, iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 2017, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 10 anos de duração, regido pelo regulamento em vigor e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo teve seu regulamento adaptado aos dispositivos da Resolução CVM nº 175 em 20 de junho de 2025 para criação da Classe Única de Investimento do GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Classe Única ou Classe").

Considerando que a Fundo possui apenas uma única classe de Cotas, todas as referências à Classe serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.

O objetivo da Classe é o de proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio de investimentos na aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas, de forma que a Classe venha a participar do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégia e na sua gestão, em conformidade com as instruções e aprovações do comitê de investimentos. A Classe deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu Patrimônio investido em valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas.

A Classe destina-se a investidores qualificados, assim definidos nos termos do Artigo 12 da Resolução CVM nº 30, sendo certo que a Administradora, a Gestora e a instituição responsável pela distribuição das Cotas da Classe não poderão adquirir Cotas da Classe.

Consequentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido ou mesmo ao aporte de capital.

É vedado a Classe a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

1. **Contexto operacional**--Continuação

A Administradora da Classe, considerando o disposto na Instrução da CVM nº 579, definiu a classificação do Fundo como “Entidade de Investimento”, com base em seu melhor julgamento acerca das seguintes diretrizes:

- A Classe obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, devidamente credenciado pela CVM, o qual possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, sem obrigação de consultar os cotistas sobre as decisões e/ou indicar cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas, não obstante as situações sujeitas à deliberação, relativamente à composição da carteira da Classe;
- A Classe se comprometeu perante aos cotistas, com o objetivo de investimento dos seus recursos exclusivamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;
- A Classe substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;
- A Classe define em seu Regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações da Classe não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, de qualquer empresa pertencente ao conglomerado financeiro destas entidades, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (“FGC”).

A administração da carteira da Classe é realizada pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda., e a gestão é realizada pela GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., em conjunto, denominados Prestadores de Serviços Essenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão de acordo com as normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis aos fundos de investimento em participações. As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 foram aprovadas pela Administradora da Classe em 26 de agosto de 2026.

3. Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a) Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, limites e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. No caso, os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pela Administradora.

c) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelos Administradores dos fundos investidos.

3. **Práticas contábeis**--Continuação

d) Investimentos

Ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado organizado

De acordo com o Regulamento da Classe e com a Instrução nº 579/16 da CVM, as ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado investidas por fundos qualificados como entidade de investimento são registradas pelo seu valor justo.

A avaliação do valor justo das ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado pode ser realizada pela Gestora e validada pela Administradora ou por avaliador independente contratado, pela Administradora, em nome da Classe, para confecção de laudo de avaliação. O valor justo dessas ações irá refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data de apresentação das demonstrações financeiras da Classe.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos em receita quando aprovados em Assembleia Geral de Acionistas da empresa investida, na conta “Ações - Dividendos e juros sobre capital próprio”.

f) Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos."

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto por disponibilidade em conta corrente de R$1 (R$1 em 2025) e aplicação em cotas de fundos, no montante de R$91.433 (R$121.008 em 2025).

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

Em 31 de março de 2026 e 2025 o investimento em ações de companhias fechadas sem cotação em bolsa é composto conforme abaixo:

	31/03/2026		
Ações em Companhias Fechadas - Nível 3	**Quantidade de ações**	**% de participação**	**Valor Justo**
Rec Cajamar II S.A.	**101.325.882**	**100,00%**	**327.436**
Rec Guarulhos II S.A.	**1.024.497.274**	**100,00%**	**1.605.197**
Rec Bandeirantes 42 Participações S.A.	**211.891.019**	**100,00%**	**317.157**
Rec Bandeirantes 43 Participações S.A.	**197.514.822**	**100,00%**	**296.108**
Rec Taboão S.A.	**198.903.023**	**100,00%**	**223.001**
Rec Bandeirantes 41 Participações S.A.	**150.001.200**	**100,00%**	**172.734**
Rec Ribeirão Pires S.A.	**110.001.000**	**100,00%**	**70.884**
APUS Empreendimentos e Participações S.A.	**50.001.000**	**100,00%**	**508**
Total	**2.044.135.220**		**3.013.025**

	31/03/2025		
Ações em Companhias Fechadas - Nível 3	**Quantidade de ações**	**% de participação**	**Valor Justo**
Rec Cajamar II S.A.	101.325.882	100,00%	321.707
Rec Guarulhos II S.A.	651.497.274	100,00%	1.166.633
Rec Bandeirantes 42 Participações S.A.	250.001.200	100,00%	326.243
Rec Bandeirantes 43 Participações S.A.	250.001.200	100,00%	321.222
Rec Cajamar IV S.A.	135.632.078	100,00%	230.105
Rec Embu III S.A.	352.550.833	100,00%	224.986
Rec Bandeirantes 41 Participações S.A.	150.001.200	100,00%	163.706
Rec Ribeirão Pires S.A.	110.001.000	100,00%	102.532
APUS Empreendimentos e Participações S.A.	40.001.000	100,00%	106
Cetus Participações S.A.	361.302.520	100,00%	565.194
Total	2.402.314.187		3.422.434

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

Movimentação - Saldo

Exercício findo em 31 de março de 2026

Ações em Companhias Fechadas	Saldo - 31/05/2025	Ações a integralizar em 31/03/2025	Redução de capital a efetivar em 31/03/2025	Redução de capital a receber em 31/03/2025	Integralização	Redução de capital	Ações a integralizar	Resultado de Ações	valor de venda	Ajuste a valor justo	Saldo - 31/03/2026
Rec Cajamar II S.A. (a)	321.707	(46.181)	-	-	**5.899**	**-**	**40.281**	**-**	**-**	**5.730**	**327.436**
Rec Bandeirantes 42 Participações S.A. (b)	326.243	(55.524)	-	-	**17.423**	**(10.000)**	**9.991**	**-**	**-**	**29.024**	**317.157**
Rec Bandeirantes 43 Participações S.A. (c)	321.222	(68.760)	-	-	**16.684**	**(10.000)**	**9.589**	**-**	**-**	**27.373**	**296.108**
Rec Guarulhos II S.A. (d)	1.166.633	(34.773)	-	-	**400.973**	**-**	**6.800**	**-**	**-**	**65.564**	**1.605.197**
Rec Bandeirantes 41 Participações S.A. (e)	163.706	(78.124)	-	-	**8.093**	**-**	**70.031**	**-**	**-**	**9.028**	**172.734**
Rec Taboão S.A. (f)	224.986	(204.138)	-	-	**135.322**	**(160.000)**	**75.169**	**-**	**-**	**151.662**	**223.001**
REC Cajamar IV S.A. (g)	230.105	-	(50.000)	41.500	**200.000**	**-**	**-**	**20.879**	**(442.484)**	**-**	**-**
Rec Ribeirão Pires S.A. (h)	102.532	(21.041)	-	-	**2.870**	**-**	**18.171**	**-**	**-**	**(31.648)**	**70.884**
APUS Participações S.A (j)	106	(98)	-	-	**323**	**-**	**9.776**	**-**	**-**	**(9.599)**	**508**
Cetus Participações S.A. (k)	565.194	(11.396)	-	-	**14.052**	**-**	**-**	**4.666**	**(572.516)**	**-**	**-**
Total	3.422.434	(520.035)	(50.000)	41.500	**801.639**	**(180.000)**	**239.808**	**25.545**	**(1.015.000)**	**247.134**	**3.013.025**

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

Movimentação - Saldo--Continuação

Exercício findo em 31 de março de 2025

Ações em Companhias Fechadas	Saldo - 31/03/2024	Ações a integralizar 31/03/2024	Redução de capital a receber em 31/03/2024	Integralização	Ações a integralizar	Redução de capital	Resultado na venda	Ajuste a valor justo	Saldo - 31/03/2025
Rec Cajamar II S.A. (a)	306.482	(48.308)	-	2.127	46.181	-	-	15.225	321.707
Rec Bandeirantes 42 Participações S.A. (b)	306.314	(59.766)	-	4.242	55.524	-	-	19.929	326.243
Rec Bandeirantes 43 Participações S.A. (c)	302.726	(72.831)	-	4.071	68.760	-	-	18.496	321.222
Rec Guarulhos II S.A. (d)	1.179.399	(58.754)	-	23.982	34.773	-	-	(12.767)	1.166.633
Rec Bandeirantes 41 Participações S.A. (e)	164.597	(83.113)	-	4.989	78.124	-	-	(891)	163.706
Rec Embu III S.A. (f)	3.805	-	59.000	145.861	204.138	(59.000)	-	(128.818)	224.986
REC Cajamar IV S.A. (g)	238.957	(16.569)	-	3.609	-	(8.500)	-	12.608	230.105
Rec Ribeirão Pires S.A. (h)	125.407	(24.452)	-	3.411	21.041	-	-	(22.875)	102.532
Rec Bandeirantes II S.A. (i)	1.096	-	2.200	3	-	(980)	(2.319)	-	-
APUS Participações S.A (j)	150	(121)	-	23	98	-	-	(44)	106
Cetus Participações S.A. (k)	545.960	(26.529)	-	15.133	11.396	-	-	19.234	565.194
Total	3.174.893	(390.443)	61.200	207.451	520.035	(68.480)	(2.319)	(79.903)	3.422.434

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

a) REC Cajamar II S.A.

A REC Cajamar II S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida pelo disposto no estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem por objeto: (i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) a locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 5.899.348 (2.127.307 ações em 2025) no valor de R$5.899 (R$2.127 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 101.325.882 ações da companhia (101.325.882 ações da companhia em 2025), sendo 40.282.651 ações a integralizar (46.181.999 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

b) REC Bandeirantes 42 Participações S.A.

A REC Bandeirantes 42 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida pelo disposto no estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem por objeto (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iv) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

b) REC Bandeirantes 42 Participações S.A.--Continuação

Em 16 de julho de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) o cancelamento parcial do aumento do capital social da Companhia, aprovado pelos acionistas em 27 de setembro de 2023, conforme ata de assembleia geral extraordinária arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão do dia 26 de outubro de 2023, tendo passado o capital social, naquela data, de R$150.001 para R$250.001, um aumento, portanto, de R$100.000. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R$43.110, correspondente a 43.110.181 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade da Classe, ora canceladas. Consequentemente, o capital social da Companhia passa de R$250.001, representado por 250.001.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$206.891, representado por 206.891.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) autorizar a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, no montante de até R$10.000, com o consequente cancelamento de até 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma proporcional à participação dos acionistas na Companhia, passando o capital social da Companhia de R$206.891, representado por 206.891.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para, no mínimo, R$196.891, dividido em, no mínimo, 196.891.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em ata de assembleia geral e extraordinária realizada no dia 06 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$15.000 correspondente a 15.000.000 de ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 17.423.112 (4.241.744 ações em 2025) no valor de R$17.423 (R$4.242 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 211.891.019 ações da companhia (250.001.200 ações da companhia em 2025), sendo 9.990.835 ações a integralizar (55.524.128 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

c) REC Bandeirantes 43 Participações S.A.

A REC Bandeirantes 43 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto no estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia tem por objeto (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iv) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Em 16 de julho de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) cancelamento parcial do aumento do capital social da Companhia, aprovado pelos acionistas em 27 de setembro de 2023, conforme ata de assembleia geral extraordinária arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão do dia 24 de outubro de 2023 tendo passado o capital social, naquela data, de R$150.001 para R$250.001, um aumento, portanto, de R$100.000. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R$57.486, correspondente a 57.486.378 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade da Classe, ora canceladas. Consequentemente, o capital social da Companhia passa de R$250.001, representado por 250.001.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$192.515, representado por 192.514.822 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) autorizar a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, no montante de até R$10.000, com o consequente cancelamento de até 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma proporcional à participação dos acionistas na Companhia, passando o capital social da Companhia de R$192.515, representado por 192.514.822 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para, no mínimo, R$182.515, representado por 182.514.822 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em ata de assembleia geral e extraordinária realizada no dia 06 de novembro de 2025, foi aprovada a proposta, em assembleia no dia 16 de julho de 2025, de redução do capital

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

c) REC Bandeirantes 43 Participações S.A.--Continuação

social no valor R$ 10.000.000 representada por 10.000 ações. Em ato contínuo, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$15.000 correspondente a 15.000.000 de ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 16.684.670 (4.071.464 ações em 2025) no valor de R$16.684 (R$4.071 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 197.514.822 ações da companhia (250.001.200 ações da companhia em 2025), sendo 9.589.171 ações a integralizar (68.760.218 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

d) REC Guarulhos II S.A.

A Companhia é uma sociedade anônima regida pelo disposto no estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). Em 31 de dezembro de 2020, a companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Em 16 de dezembro de 2025, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$ 373.000, dividido em 373.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem integralizado em moeda nacional até 31 de dezembro de 2059.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

d) REC Guarulhos II S.A..--Continuação

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 400.972.622 (23.981.582 ações em 2025) no valor de R$400.973 (R$23.982 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 1.024.497.274 ações da companhia (651.497.274 ações da companhia em 2025), sendo 6.800.177 ações a integralizar (34.772.799 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

e) REC Bandeirantes 41 Participações S.A.

A REC Bandeirantes 41 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida pelo disposto no estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem por objeto social (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 8.092.748 (4.989.180 ações em 2025) no valor de R$ 8.093 (R$ 4.989 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 150.001.200 ações da companhia (150.001.200 ações da companhia em 2025), sendo 70.030.873 ações a integralizar (78.123.621 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

f) Rec Taboão S.A. (anteriormente denominada Rec Embu III S.A.)

As Companhias são sociedades anônimas regidas pelo disposto nos estatutos, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os principais objetivos são: i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) a locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

Em 11 de março de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) cancelamento parcial de uma operação de aumento de capital da Companhia, no valor de R$100.000, com emissão de 100.000.000 de ações ordinárias, todas subscritas pelo Fundo. Desse total, R$38.450, correspondentes a 38.450.367 ações, não foram integralizados pelo acionista e, por isso, foram cancelados; e (ii) A redução de capital social por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, conforme o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações (LSA). A redução poderá chegar a R$59.000, com o cancelamento proporcional de até 59.000.000 ações ordinárias, essa redução ainda não é definitiva e só será efetivada após:

(1) Prazo de 60 dias da publicação da ata, período em que credores quirografários podem apresentar oposição, conforme artigo 174 da LSA; e

(2) Realização de uma ou mais Assembleias Gerais Extraordinárias para definir o valor exato da redução e o número de ações a serem canceladas, respeitando os limites aprovados.

Em 10 de junho de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) redução de capital da companhia com o cancelamento de 59.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no montante de R$59.000, conforme deliberado na assembleia extraordinária realizada em 11 de março de 2024; e (ii) aumento de capital da companhia com a emissão de 100.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo valor de R$100.000 subscritas pela Classe a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

f) Rec Taboão S.A. (anteriormente denominada Rec Embu III S.A.)--Continuação

Em 24 de janeiro de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital da companhia com a emissão de 250.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo valor de R$250.000 subscritas pela Classe a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

Em 16 de julho de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) o cancelamento parcial do aumento do capital social da Companhia, aprovado pelos acionistas em 24 de janeiro de 2025, conforme ata de assembleia geral extraordinária arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão do dia 03 de fevereiro de 2025, tendo passado o capital social, naquela data, de R$102.551 para R$352.551, um aumento, portanto, de R$250.000. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R$123.648, correspondente a 123.647.810 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade da Classe, ora canceladas. Consequentemente o capital social da companhia passa de R$352.551, representado por 352.550.833 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$228.903, representado por 228.903.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) autorizar a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, no montante de até R$160.000, com o consequente cancelamento de até 160.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma proporcional à participação dos acionistas na Companhia, passando o capital social da Companhia de R$228.903, representado por 228.903.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para, no mínimo, R$68.903, dividido em, no mínimo, 68.903.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em ata de assembleia geral extraordinária de 05 de novembro de 2025, foi aprovado a redução de Capital Social no montante de até R$160.000 correspondente a 160.000.000 ações nominativas, montante integralmente realizado. Ato contínuo foi aprovado a aumento de capital social no montante de R$130.000 correspondente a 130.000.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 135.321.866 (145.861.385 ações em 2025) no valor de R$135.322 (R$145.861 em 2025) na companhia.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

f) Rec Taboão S.A. (anteriormente denominada Rec Embu III S.A.)--Continuação

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 198.903.023 ações da companhia (352.550.833 ações da companhia em 2025), sendo 75.168.939 ações a integralizar (204.138.615 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março 2026, sem ressalvas.

g) REC Cajamar IV S.A.

As Companhias são sociedades anônimas regidas pelo disposto nos estatutos, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Os principais objetivos são: i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) a locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe integralizou 3.609.277 ações no valor de R$3.609 na companhia e houve o cancelamento de 12.960.354 ações a integralizar da companhia no montante de R$12.960.

Em 31 de março de 2025 a Classe possuía 135.632.078 ações da companhia e não havia ações a integralizar.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 ocorreu a redução de capital da companhia no montante de R$50.000, dos quais a Classe recebeu o valor de R$8.500, com o cancelamento de 8.500.000 ações ordinárias, restando pendente de recebimento o montante de R$ 41.500, registrado na “Demonstração da posição financeira - Redução de capital a receber - REC Cajamar IV S.A.”.

Em 16 de julho de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) o cancelamento do saldo de redução do capital social autorizado em

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

g) REC Cajamar IV S.A.--Continuação

aberto no montante de R$41.500 para novas reduções, pois o referido saldo em aberto não será utilizado para fazer novas reduções de capital social, sendo, portanto, cancelado; (ii) a emissão de 200.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R$200.000, subscritas pela Classe, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro 2059. O preço de emissão das ações será integralmente destinado à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R$327.132, representado por 327.132.078 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de setembro de 2025, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, foi aprovada entre a Classe ("vendedor") e a compradora, a alienação da totalidade das 127.132.078 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R$ 442.484 e recebeu o montante de R$ 298.898 registrado nas "Demonstrações dos fluxos de caixa - Fluxo de caixa das atividades investimentos - Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa", gerando um resultado positivo de R$ 20.879, registrado na "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de ações. Conforme definido em contrato, a parcela final referente a venda da companhia no montante de R$143.586, será atualizada pelo IPCA, com vencimento em até 24 meses da data do contrato. Em 31 de março de 2026 o valor a receber é de R$ 146.087 registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Outros Valores a receber - Outros valores a receber - Rec Cajamar IV S.A.". A atualização monetária decorrente da parcela a receber gerou um resultado positivo no montante de R$ 2.501 registrado nas "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - venda a prazo".

Em 4 de novembro de 2025, conforme 1º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, foi acordado que o valor da Primeira Parcela será destinado para quitar a integralidade das dívidas pré-existentes notas comerciais e para a liberação das garantias pré-existentes notas comerciais, dos quais em 12 de janeiro de 2026 houve o pagamento no valor de R$ 621 referente a Indenização por antecipação de parcela referente a venda da companhia Rec Cajamar IV S.A. e em 21 de janeiro de 2026 houve o recebimento de R$ 1.406 referente a pro rata do aluguel Rec Cajamar IV, registrado nas Demonstrações dos resultados dos exercícios – Resultado com Ações - Resultado na venda de ações".

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

h) Rec Ribeirão Pires S.A.

As Companhias são sociedades anônimas regidas pelo disposto nos estatutos, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os principais objetivos são: i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) a locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 2.869.184 (3.410.651 ações em 2025) no valor de R$ 2.870 (R$3.411 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 110.001.00 ações da companhia (110.001.000 ações da companhia em 2025), sendo 18.171.361 ações a integralizar (21.040.545 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 22 de maio de 2026, sem modificações.

i) Rec Bandeirantes II S.A.

As Companhias são sociedades anônimas regidas pelo disposto nos estatutos, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os principais objetivos são: i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) a locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 o Fundo recebeu o valor de R$980 referente à redução de capital ocorrida no período de 1º de junho de 2023 a 31 de março de 2024, onde estava pendente de recebimento, conforme parágrafo citado acima. O restante

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

i) Rec Bandeirantes II S.A.--Continuação

do valor de R$1.220 houve o cancelamento da redução de capital.

Em 18 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a dissolução da Companhia, tendo em vista que os acionistas optaram por não prosseguir com as atividades empresariais por meio dessa companhia, de modo a não mais justificar a sua existência, gerando um resultado negativo no montante de R$(2.319), registrado na Demonstração do Resultado do exercício - Resultado na venda de ações".

j) APUS Participações S.A

Apus Empreendimentos e Participações S.A ("Companhia") é uma sociedade anónima de capital fechado com sede no Estado de São Paulo, constituída em 30 de novembro de 2021.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

Em 24 de setembro de 2025, em ata da Assembleia Geral Extraordinária, foram emitidas 10.000.000 de ações ordinárias nominativas, no valor total de R$ 10.000, a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

Em 31 de março de 2026 a Classe integralizou 323.516 (22.779 ações em 2025) no valor de R$323 (R$23 em 2025) na companhia.

Em 31 de março de 2026 a Classe possuí 50.001.000 ações da companhia (40.001.000 ações da companhia em 2025), sendo 9.775.090 ações a integralizar (98.606 ações a integralizar em 2025).

As demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 23 de junho de 2026, sem modificações.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

k) Cetus Participações S.A.

A Cetus Participações S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações controlada pelo Grupo GLP Brasil - Global Logistics Properties ("Grupo"), constituída em 16 de maio de 2022. A sede da Companhia está localizada no Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social: (l) o investimento e participação em outras Companhias, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

Em 31 de março de 2025 o Fundo integralizou 15.132.603 ações no valor de R$15.133 na companhia.

Em 31 de março de 2025 o Fundo possuía 361.302.520 ações da companhia, sendo 11.395.635 ações a integralizar.

A Assembleia Geral de Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2025, deliberam entre outros assuntos, a distribuição a título de dividendos no montante de R$2.708, registrada na “Demonstrações dos fluxos de caixa” conta “Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio”.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de agosto de 2025 deliberou a emissão de 6.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R$6.000, subscritas pela Classe, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059. O preço de emissão das ações será integralmente destinado à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhia passa de R$361.303, representado por 361.302.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$367.303, representado por 367.302.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

k) Cetus Participações S.A.--Continuação

Em 4 de setembro de 2025, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, foi aprovada entre a Classe (“vendedor”) e a compradora, a alienação da totalidade das 361.302.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R$ 572.516 e recebeu o montante de R$ 386.734 registrado nas “Demonstrações dos fluxos de caixa - Fluxo de caixa das atividades investimentos - Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa”, gerando um resultado positivo de R$ 4.666, registrado na “Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de ações . Conforme definido em contrato, a parcela final referente a venda da companhia no montante de R$ 185.781, será atualizada pelo IPCA, com vencimento em até 24 meses da data do contrato. Em 31 de março de 2026 o valor a receber é de R$ 189.018 registrado nas “Demonstrações das posições financeiras - Outros Valores a receber - Outros valores a receber - Cetus Participações S.A.”. A atualização monetária decorrente da parcela a receber gerou um resultado positivo no montante de R$ 3.237 registrado nas “Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - venda a prazo”.

Em 4 de novembro de 2025, conforme 1º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, em 21 de janeiro de 2026 houve o recebimento de R$ 1.807 referente a pro rata do aluguel Cetus Participações S.A., registrado nas Demonstrações dos resultados dos exercícios – Resultado com Ações - Resultado na venda de ações”.

Valor justo - Nível 3

A avaliação econômico-financeira foi elaborada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. (“Apsis”), empresa de consultoria especializada em valor de mercado de ativo há 37 anos. O estudo tem como base 31 de dezembro de 2025 e utilizou como metodologia de Patrimônio Líquido Ajustado e Método Fluxo de Caixa Descontado para estimar o valor justo dos investimentos, baseado em informações disponibilizadas pelas empresas investidas na data base.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

Valor justo - Nível 3 --continuação

Para a investida APUS Empreendimentos e Participações S.A., a administradora da Classe avaliou que, devido ao estágio atual de maturação dos negócios e incertezas operacionais, a empresa investida deve ser precificada com base no patrimônio líquido ajustado (PLA). Não houve variações financeiras relevantes desde a aquisição até 31 de março de 2026, e as operações seguem conforme o esperado. A administração acompanha regularmente o desempenho, a liquidez e possíveis novas rodadas de investimento da empresa. Até a data mencionada, concluiu-se que não há risco significativo de descontinuidade operacional.

Adicionalmente, para as demais companhias, o método de avaliação utilizado foi o Fluxo de Caixa Descontado ("FCD"), que consiste em estabelecer um conjunto de premissas operacionais que são utilizadas para calcular os fluxos de caixas futuros esperados. O valor da empresa é então igual à soma dos valores presentes dos fluxos de caixa previstos, descontados a uma taxa que remunere adequadamente os investidores, tendo em vista os riscos do negócio.

Rec Cajamar II S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2036; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,85 % a.a.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

Valor justo - Nível 3--Continuação

Rec Guarulhos II S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2037; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,34 % a.a.

Rec Bandeirantes 41 Participações S.A

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2038; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,81 % a.a.

Rec Bandeirantes 42 Participações S.A

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2038; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,81 % a.a.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

Valor justo - Nível 3--Continuação

Rec Bandeirantes 43 Participações S.A

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2038; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,81 % a.a.

Rec Embu III S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2039; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,55 % a.a.

Rec Ribeirão Pires S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2036; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,70 % a.a.

Após verificação e análise do laudo de avaliação das companhias investidas foi gerado um ajuste a valor justo positivo no montante de R$ 247.134 (negativo de R$ 79.903 em 2025) que está apresentado na Demonstração do Resultado.

6. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado a Classe a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente Valor Mobiliário que integre a carteira da Classe ou no qual haja direito de conversão ou envolverem opções de compra ou venda de ações das Companhias Investidas.

No exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, a Classe não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Gerenciamento de risco

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a Política de Investimento da Classe Única, os investimentos da Classe Única estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe Única e aos Cotistas. Os recursos que constam na Carteira e o Cotista está sujeito aos seguintes Fatores de Riscos, de forma não exaustiva:

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos Alvo ou dos Outros Ativos ou pelas contrapartes das operações da Classe Única;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios e à Política Governamental: a Classe Única também poderá estar sujeita a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle dos Prestadores de Serviços Essenciais da Classe, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de acontecimentos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que modifiquem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro que poderiam ser atingidos por aumento das taxas de juros que podem influenciar de maneira significativa a demanda por projetos de energia, ou eventualmente elevar os custos financeiros das Sociedades Investidas e de seus investimentos. Quaisquer dessas mudanças podem impactar negativamente o resultado dos investimentos. O governo brasileiro pode adotar uma série de medidas para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária, no passado recente, o governo optou por mudanças nas taxas de juros, medidas macro prudenciais, desvalorização ou controle de câmbio, controle de tarifas, alterações legislativas, entre outras. Esse conjunto de políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem impactar significativamente a economia e o mercado de capitais brasileiro. A adoção dessas medidas poderá impactar os negócios e a rentabilidade da Classe Única. Além disso, o governo federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Classe ou, ainda, outra relacionada aos investimentos, o que poderá afetar a rentabilidade da Classe Única;

Risco Ambiental: a Classe Única está sujeita a todo e qualquer evento ou medidas que, direta ou indiretamente, resulte em impacto ao meio ambiente ou aos Projetos eventualmente desenvolvidos pelas Sociedades Investidas como: proibições, atrasos e interrupções; não atendimento das exigências ambientais; surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas nas fases de incorporação dos Projetos; falhas no levantamento da fauna e da flora; e falhas no plano de execução ambiental. Há a possibilidade de ocorrer, igualmente, eventos decorrentes da operação dos Projetos desenvolvidos pelas Sociedades Investidas que causem danos ambientais e que podem afetar a rentabilidade dos ativos da Classe Única.

Risco de Mercado em Geral: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe Única, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Riscos Gerais Relacionados ao Setor Imobiliário: a Classe Única investirá nas Sociedades Investidas que atuam direta ou indiretamente no segmento imobiliário, incluindo através da participação em sociedades que tenham um ou mais empreendimentos imobiliários já incorporados, os quais estão sujeitos aos seguintes riscos a seguir elencados que, se concretizados, afetarão os rendimentos das Cotas;

Risco de Desvalorização dos Imóveis: como os recursos da Classe Única serão aplicados em companhias que sejam titulares de imóveis, um fator que deve ser preponderantemente levado em consideração é o potencial econômico, inclusive a médio e longo prazo, das regiões onde estão localizados os imóveis relacionados aos seus respectivos empreendimentos imobiliários. A análise do potencial econômico da região deve se circunscrever não somente ao potencial econômico corrente, como também deve levar em conta a evolução deste potencial econômico da região no futuro, tendo em vista a possibilidade de eventual decadência econômica da região, com impacto direto sobre o valor dos imóveis investidos pelas Sociedades Investidas;

Risco de Desapropriação e de Sinistro: dado que o objetivo da Classe Única é o de investir em ações das Sociedades Investidas, titular de direitos para desenvolvimento dos Projetos em áreas de imóveis, seja por meio de locação ou direito real de laje, eventuais desapropriações, parcial ou total, dos imóveis aos quais estiverem vinculados aos Projetos poderá afetar negativamente as Sociedades Investidas. Em caso de desapropriação, o Poder Público deve pagar ao proprietário do imóvel desapropriado, uma indenização definida levando em conta os parâmetros do mercado. No entanto, não existe garantia que tal indenização seja equivalente ao valor que as Sociedades Investidas venham a investir nos Projetos desenvolvidos nos imóveis que venham a ser objeto de desapropriação. Adicionalmente, no caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis relacionados aos Projetos, os recursos obtidos pela cobertura do seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice contratada, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices;

Risco das Contingências Ambientais: dado que o objetivo da Classe Única é investir em Sociedades Investidas, titulares de direitos para desenvolvimento dos Projetos em áreas de imóveis, seja por meio de locação ou direito real de laje, eventuais contingências ambientais sobre os referidos imóveis podem implicar em responsabilidades pecuniárias (indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) que podem afetar a rentabilidade da Classe Única;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco de Insucesso do Empreendimento: os empreendimentos imobiliários de titularidade das Sociedades Investidas poderão ser utilizados para posterior alienação ou locação para terceiros. No entanto, caso qualquer das Sociedades Investidas não consiga atingir a rentabilidade esperada nos empreendimentos imobiliários, incluindo em virtude da falta ou baixa procura de terceiros pela aquisição/locação do empreendimento, o rendimento das Sociedades Investidas e da Classe Única poderá ser negativamente afetado;

Risco de Construção: o cumprimento do objeto social das Sociedades Investidas pode estar vinculado às atividades de construção civil, dependendo do Projeto em questão, as quais, apesar de não serem atividades diretamente realizadas pelas Sociedades Investidas, têm impacto direto sobre o resultado do investimento, seja na forma de custos seja na forma de qualidade ou de prazos. O tempo necessário para o desenvolvimento de um Projeto pode se estender por problemas na construção, bem como em razão de dificuldades na obtenção de alvarás e licenças emitidas por órgãos públicos. O aumento de custos de obras pode ocorrer devido ao surgimento de eventos inesperados ou por aumento dos custos de matérias primas ou mão de obra e impactar a geração de receita do Projeto. Não existe garantia que as construtoras cumprirão todas as obrigações definidas nos contratos de construção assinados, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Classe Única;

Riscos Relativos aos Imóveis Rurais: considerando que investidores não residentes poderão adquirir Cotas da Classe Única, bem como que as Sociedades Investidas poderão adquirir imóveis rurais, as operações de aquisição de referidos imóveis poderão ser questionadas e até mesmo consideradas nulas de pleno direito, tendo em vista que a legislação brasileira limita a venda de terras brasileiras a estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas da Classe Única;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco da Extensa Legislação no Setor Imobiliário: o setor imobiliário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam as atividades de aquisição, construção, locação e alienação de imóveis. Dessa forma, o desenvolvimento dos projetos poderá estar condicionado, sem limitação, à obtenção de licenças específicas, aprovação de autoridades governamentais, limitações relacionadas a edificações, regras de zoneamento e de uso e ocupação do solo urbano e a leis e regulamentos para proteção ao consumidor. Referidos requisitos e regulamentações atualmente existentes ou que venham a ser criados a partir da data deste Regulamento poderão implicar, aumento de custos e limitar a estratégia da Classe e das Sociedades Investidas. Adicionalmente, existe a possibilidade de as normas e os instrumentos de planejamento urbano serem alteradas após a aquisição de um imóvel e antes do desenvolvimento do Projeto a ele atrelado, o que poderá acarretar atrasos e/ou modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado. As atividades e os resultados da Classe Única e das Sociedades Investidas, em caso desses eventos, poderão ser impactados adversamente e, por conseguinte, a rentabilidade dos Cotistas.

Riscos Relacionados às Sociedades Alvo e aos Ativos Alvo de Emissão da Sociedade Alvo: os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira da Classe Única está concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Embora a Classe Única tenha sempre participação no processo decisório da respectiva Sociedade Alvo, não há garantias de (a) bom desempenho das Sociedades Alvo, (b) solvência das Sociedades Alvo, e (c) continuidade das atividades das Sociedades Alvo;

Risco Sobre a Propriedade das Sociedades Alvo: apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, a propriedade das Cotas não confere ao Cotista a propriedade direta sobre tais Ativos Alvo;

Risco de Investimento nas Sociedades Alvo (Trabalhista, Ambiental, Previdenciário, Cível, Administrativo Etc.): a Classe Única investirá na Sociedades Alvo plenamente constituída e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade da Sociedade Alvo: (a) estar inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) descumprir obrigações relativas a Classe de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuir considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, administrativo, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, a Classe e, consequentemente o Cotista, poderá ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco de Diluição: a Classe Única poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos das normas legais e contratuais aplicáveis, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital da Sociedade Alvo no futuro, a Classe Única poderá ter sua participação no capital da Sociedade Alvo diluída;

Risco de Concentração da Carteira da Classe: a Classe Única adquirirá Ativos Alvo de emissão, exclusivamente, das Sociedades Alvo, e poderá adquirir Outros Ativos de emissão de um ou mais emissores, sendo que, além do disposto na política de investimento prevista neste Anexo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação setorial para os Ativos Alvo e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, salvo aqueles previstos na regulamentação aplicável;

Risco Relacionado às Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários: a Classe Única poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

Riscos de Liquidez dos Ativos da Classe: as aplicações da Classe Única nos Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida;

Risco de Liquidez Reduzida das Cotas e do Mercado Secundário: a Classe Única é constituída sob a forma de condomínio fechado e, portanto, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste Anexo e nas normas aplicáveis, incluindo o término do Prazo de Duração da Classe Única e as hipóteses de liquidação antecipada da Classe e/ou da Classe Única, mediante a deflagração dos Eventos de Liquidação. Se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que alienã-las privadamente ou negociá-las no mercado secundário. Adicionalmente, ainda nesta hipótese, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Cotista;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco de Amortização em Ativos: em caso de iliquidez dos Ativos Alvo e/ou dos Outros Ativos da Classe Única, as Cotas, por orientação do Assembleia Especial, poderão ser amortizadas mediante entrega de Ativos Alvo e/ou de Outros Ativos ao Cotista, proporcionalmente à sua participação na Classe Única. Nesse caso, o Cotista poderá encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

Resgate Por Meio da Dação em Pagamento dos Ativos Integrantes de Carteira: a Classe Única poderá efetuar o resgate das Cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na Carteira. Nesse caso, o Cotista poderá receber Ativos Alvo e/ou Outros Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação na Classe Única, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

Risco Relacionado ao Desempenho Passado: ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe Única e/ou da Classe que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que a Administradora /ou os demais prestadores de serviço da Classe tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pela Classe e/ou pela Classe Única e/ou pelas Sociedades Alvo;

Riscos de Alteração da Legislação Aplicável a Classe e/ou ao Cotista: a legislação aplicável a Classe, à Classe Única, ao Cotista e aos investimentos efetuados pela Classe Única, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe Única;

Risco de Não Realização de Investimento pela Classe: os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Sociedade Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe Única estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento da Classe Única, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos;

7. Gerenciamento de risco--Continuação

Risco de Potencial Conflito de Interesses: a Classe Única poderá adquirir ativos de emissão da Sociedades Alvo, na qual os Cotistas detenham ou venha a deter participação acionária, direta ou indiretamente. Além disso, desde que aprovado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial, a Classe Única poderá figurar como contraparte da Administradora, da Gestora, ou dos Cotistas, bem como de fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora. Desta forma, tais partes poderão eventualmente tomar decisões relacionadas à Sociedades Alvo que possam afetar negativamente a rentabilidade da Classe Única;

Risco de não Aproveitamento de Benefício Fiscal: é o não atendimento pela Classe Única, pelas Sociedades Investidas e/ou pelo Cotista das exigências legais para aproveitamento de benefícios fiscais;

Risco de Derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da Classe Única, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas ao Cotista. Mesmo para a Classe Única, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas à Classe Única.

Risco de Patrimônio Negativo: as eventuais perdas patrimoniais da Classe Única não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que o Cotista pode ser chamado a aportar recursos adicionais na Classe Única.

Ao ingressar na Classe Única, cada Cotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pela Classe Única, declarando-se expressamente ciente da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio da Classe Única, dos Fatores de Risco relacionados nesse Capítulo, inclusive a possibilidade de perda total dos investimentos e da existência de Patrimônio Líquido negativo.

8. Emissão e resgate de cotas

a) Emissão e resgate de cotas

Classe será constituída por Cotas que corresponderão a frações ideais do Patrimônio Líquido da Classe e terão a forma escritural, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido da Classe pelo número de Cotas da Classe em circulação ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis a Classe.

A Classe poderá emitir, inicialmente, até 1.000.000 (um milhão) de Cotas, ao valor unitário de R$1 (mil reais) cada, totalizando R$1.000.000 (um bilhão de reais) (“Patrimônio Inicial Previsto”).

O valor de cada Cota na data da primeira integralização será de R$1 (mil reais), sendo o valor da Cota das demais integralizações, nas futuras chamadas de capital, o valor da Cota apurado no dia da efetiva integralização dos recursos.

No exercício findo em 31 de março de 2026 não houve emissão de cotas. No exercício findo em 31 de março de 2025 foi emitido o montante de R$260.000 de cotas apresentado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

As cotas somente serão resgatadas na data de liquidação da Classe.

9. Distribuição de Resultados e amortizações

Na liquidação, total ou parcial, de Valores Mobiliários integrantes da carteira da Classe, o produto oriundo de tal alienação poderá ser destinado à amortização de Cotas, de acordo com as seguintes regras:

(i) A Gestora poderá amortizar as Cotas no valor total dos recursos obtidos com o desinvestimento ou a venda da participação, ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu reinvestimento;

9. Distribuição de Resultados e amortizações--Continuação

(ii) A Gestora poderá reter uma parcela ou a totalidade dos recursos oriundos da liquidação de Valores Mobiliários integrantes da carteira da Classe para fazer frente aos Encargos da Classe;

(iii) Dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Companhias Investidas integrantes da carteira da Classe, assim como quaisquer outros valores recebidos pela Classe em decorrência de seus investimentos na referida Companhia, poderão igualmente ser destinados à amortização de Cotas; e

(iv) Qualquer amortização abrangerá todas as Cotas da Classe e será feita na mesma data a todos os Cotistas mediante rateio das quantias sempre em dinheiro, a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes e serão pagas aos Cotistas em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta da Classe.

Será permitida a integralização e resgate de cotas da Classe mediante a utilização de ativos financeiros de titularidade dos Cotistas, observado o disposto abaixo:

A integralização em ativos poderá ser realizada desde que: (a) o cotista encaminhe à Administradora e à Gestora: (i) descrição do ativo financeiro e seu respectivo código; (ii) emissor (iii) quantidade; e se houver (iii) data de emissão do ativo financeiro; (iv) data de vencimento do ativo financeiro; e (v) valor de mercado do ativo a ser integralizado e o valor de aquisição, este último por meio de nota de corretagem de aquisição, de boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor, ou de declaração do custo médio de aquisição e; (b) a Administradora e a Gestora verifiquem que o ativo financeiro apresentado pelo cotista observa a política de investimento da Classe, bem como a política de administração e gerenciamento de risco da Administradora e Gestora para a seleção de ativos da carteira da Classe.

O eventual ganho de capital apurado na integralização de cotas por meio de ativos financeiros está sujeita a tributação de imposto de renda na forma da legislação específica, cabendo ao cotista comprovar documentalmente à Administradora e à Gestora o valor de mercado na data de integralização, bem como o custo de aquisição do ativo financeiro, sob pena da Administradora considerar como zero o custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital e recolhimento dos tributos.

9. Distribuição de Resultados e amortizações--Continuação

Na hipótese de resgate ou amortização em ativos serão observados, cumulativamente, os seguintes critérios: (a) o resgate será realizado mediante cancelamento das Cotas, simultaneamente à entrega ao Cotista de valores mobiliários integrantes da carteira da Classe; (b) os títulos e valores mobiliários da Classe serão entregues ao Cotista na mesma proporção em que eles compõem a carteira da Classe, ou mediante escolha, por parte do Cotista, dos ativos que lhe serão entregues pela Classe, no caso em que o solicitante seja cotista único da Classe; e (c) a Administradora e a Gestora, assim que comunicados da intenção do cotista de resgatar ou amortizar cotas em ativos, verificarão e analisarão a possibilidade da operação, podendo recusá-la, total ou parcialmente.

Amortizações

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 houve amortização de cotas no montante de R$111.199 (R$31.227 em 2025).

10. Remuneração da Administradora

I) Taxa de administração

Pelos serviços de administração da Classe, a Administradora fará jus a uma remuneração máxima correspondente a 0,035% (trinta e cinco milésimos por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido da Classe. A remuneração da Administradora estará sujeita ao valor mínimo mensal de R$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) e o valor máximo de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, sendo que os valores mínimos e máximos serão atualizados anualmente pela variação positiva do IPCA fechado a cada intervalo de 12 (doze) meses contados da data de início da Classe (“Taxa de Administração”).

II) Taxa de gestão

A Gestora, pelo serviço de gestão profissional da Carteira, fará jus a uma remuneração correspondente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido (“Taxa de Gestão”).

10. Remuneração da Administradora--Continuação

II) Taxa de gestão--Continuação

A Taxa de Administração e gestão serão calculadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como encargo da Classe e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente.

III) Taxa de custódia

Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração dos Ativos Alvo e Outros Ativos, o Custodiante fará jus, mensalmente, à remuneração equivalente ao menor valor entre a "Taxa da Estrutura" e o "Limite da Estrutura", observado o valor mínimo anual de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)* ("Taxa Máxima de Custódia"), sendo:

(a) Taxa da Estrutura = 0,02% a.a. sobre o patrimônio líquido diário da Classe, observada a remuneração mínima anual de R$30.000,00* (trinta mil reais) por investida; e

(b) Limite da Estrutura = R$60.000,00* (sessenta mil reais), acrescido de R$30.000,00* (trinta mil reais) por investida, aplicado sobre o Patrimônio Líquido da Classe.

(*) Valores estes que serão atualizados monetariamente pela variação positiva do IPCA fechado a cada intervalo de 12 (doze) meses contados da data de início da Classe.

A Taxa Máxima de Custódia será apropriada diariamente (base 1/252), e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Primeira Integralização. O cálculo da Taxa Máxima de Custódia levará em conta a quantidade efetiva de dias úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Não há cobrança de taxa de ingresso, saída ou performance.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a despesa de taxa de administração foi de R$2.329, sendo representada por R$651 de administração, R$1.496 de gestão, R$6 de escrituração e R$176 de controladoria, (R$ 2.268, sendo representada por R$ 620 de administração, R$ 1.457 de gestão, R$ 6 de escrituração de cotas e R$ 185 de controladoria em 2025) e estão registradas em "Despesas - Remuneração da administração e gestão" e "Despesas - Serviços contratados pela Classe". No mesmo período a taxa de custódia foi de R$181 (R$ 186 em 2025) registrada em "Despesas - Auditoria e Custódia".

11. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesas com partes relacionadas

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento
Taxa de gestão	1.496	GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda.	Gestora
Taxa de administração	651	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.	Administradora

12. Encargos e despesas debitados ao Fundo

Encargos Debitados ao Fundo	31/03/2026	% PL	31/03/2025	% PL
Patrimônio líquido médio	**2.992.018**		2.904.626	
Taxa de administração e gestão	**(2.147)**	**0,07%**	(2.077)	0,07%
Serviços contratados pela Classe	**(182)**	**0,01%**	(191)	0,01%
Serviços técnicos especializados	**(370)**	**0,01%**	(1)	0,00%
Auditoria e Custódia	**(213)**	**0,01%**	(218)	0,00%
Taxa de fiscalização	**(57)**	**0,00%**	(57)	0,00%
Outras despesas operacionais	**(6)**	**0,00%**	(11)	-
Total das despesas	**(2.975)**	**0,10%**	(2.555)	0,08%

13. Tributação

Nas amortizações e/ou alienações de cotas, como também no resgate de cotas pelo término de prazo ou liquidação da Classe, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15%.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

14. Custódia dos títulos em carteira

As ações de companhias fechadas são registradas nos livros de ações das próprias Companhias. O controle das cotas do fundo de investimento que compõem a carteira da Classe está sob responsabilidade da Administradora.

15. Rentabilidade

As rentabilidades nos exercícios foram as seguintes:

Informações referentes aos exercícios	Patrimônio líquido médio	Valor da cota teórica (**)	Rentabilidade teórica	Valor da cota (*)	Rentabilidade do Fundo
Exercício findo em 31 de março de 2026	**2.992.018**	**1.790,42**	**6,13%**	**1.790,42**	**10,15%**
Exercício findo em 31 de março de 2025	2.904.626	1.704,49	(7,50)%	1.687,01	(8,44)%

(*) As informações já consideram o valor da cota e patrimônio líquido com os efeitos do valor justo.

(**) O valor da cota apresentada desconsidera os efeitos das amortizações.

A rentabilidade obtida pela Classe no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

16. Contrato de prestação de serviços de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de custódia, controladoria, contabilidade de ativos da carteira da Classe e tesouraria, relativos a esta Classe, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

17. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., relacionados a esta Classe de Investimento por ela administrado que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais quer na defesa dos direitos dos cotistas quer destes contra a administração da Classe.

19. Política de divulgação das informações

A administradora em conjunto com o gestor envia simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas a Classe que tenham sido divulgadas para os cotistas ou terceiros.

Se alguma informação da Classe for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o cotista a erros de avaliação, a Classe utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação no qual foi prestada a informação errônea para republicar corretamente a informação, constando da retificação, de modo expresso, que a informação está sendo republicada para fins de correção de informações errôneas ou impróprias anteriormente publicadas, conforme determinação da CVM.

20. Alteração estatutária

Em 20 de junho de 2025 conforme Instrumento Particular de Alteração do Regulamento foi aprovado à adaptação do Fundo à Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 para adequá-lo as normas legais e regulamentares, principalmente à RCVM 175, modificando, para tanto, seu formato, bem como todos os capítulos, artigos e incisos do Regulamento.

21. Informações adicionais

Contador:
Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP-213357/O-6-T-PR

Diretor responsável:
Fabio Maeyama